

V Congreso Latinoamericano de Investigación Turística

Novos arranjos espaciais da oferta turística
associados às unidades de conservação presentes
em espaços metropolitanos: O caso das áreas de
expansão urbana da metrópole paulista no entorno
do parque estadual do Jaraguá (SP).

Reinaldo Miranda de Sá Teles

< Universidade de São Paulo >

Silvia Maria Bellato Nogueira

< Instituto Florestal de São Paulo >

RESUMO

O projeto ora apresentado objetiva discutir os espaços metropolitanos e a expansão urbana no entorno de uma Unidade de Conservação de Proteção integral, no caso, o Parque Estadual do Jaraguá localizado na cidade de São Paulo. Também discute a inserção desta área protegida na complexidade megalopolitana de São Paulo. Deste modo, pretende-se avaliar os elementos da coesão territorial entre um complexo espaço metropolitano e um espaço de uso restritivo como o de um parque estadual, assim como, a eficácia dos programas de gestão aplicados pelo poder público nesta localidade. O trabalho apresenta resultados parciais de um projeto mais abrangente, que vem sendo desenvolvido em parceria entre a Escola de Comunicações e Artes da USP e o Instituto Florestal de São Paulo. Portanto, apresenta uma busca de métodos que serão aplicados no decorrer da pesquisa, tendo destaque algumas propostas de avaliação de áreas protegidas e da eficácia de seu uso público, elaboradas pela UNESCO em 2005 e que tem se tornado referência de gestão ambiental em todo o mundo, sendo que, este projeto pretende testá-las em uma realidade local (Parque Estadual do Jaraguá), intensamente afetado pela expansão urbana desordenada da metrópole paulista.

PALAVRAS-CHAVE

Metrópole. Urbanização. Unidade de Conservação. Turismo. Territorialização.

INTRODUÇÃO

O projeto ora apresentado objetiva discutir os espaços metropolitanos e a expansão urbana no entorno de uma Unidade de Conservação de Proteção integral, no caso, o Parque Estadual do Jaraguá, localizado na metrópole paulista.

OBJETIVOS

Uma das questões que se pretende analisar, é se houve avanços na questão desta equalização entre os objetivos de uma unidade de conservação de categoria restritiva e um espaço altamente voraz voltada para o uso de áreas de lazer e Turismo. É importante avaliar, após quase dois anos de aprovação do plano de manejo (SÃO PAULO, 2010), se as ações decididas neste documento, de fato se adequam a esta complexa realidade metropolitana. E se não, que medidas de gestão e que políticas públicas ainda estão faltando para que se alcance uma relação de maior coesão territorial entre espaços tão díspares.

Conforme destaca PINTO (2009) no que se refere à gestão de espaços públicos, é frequente verificar inúmeros problemas de coesão territorial, tais como, a fragmentação de importantes estruturas naturais; a perda da identidade e problemas de conectividades dos tecidos constituintes da malha urbana; problemas de exclusão social e marginalização; disparidades econômicas e falta de diversidade. No intuito de mitigar tais condicionantes, com base em métodos já aplicados no campo da geografia urbana, buscar-se-á linhas de investigação que futuramente vão orientar as intervenções às unidades de conservação dando destaque às vertentes ambiental, social e econômica como elementos que envolvem dinâmicas reconhecidas no espaço urbano.

Portanto, pretende-se avaliar os elementos da coesão territorial entre um complexo espaço metropolitano (o setor norte – noroeste da cidade de São Paulo / metrópole paulista) e um espaço de uso restritivo (o Parque Estadual do Jaraguá, unidade de conservação de uso restritivo), assim como, a eficácia dos programas de gestão aplicados pelo poder público tanto no que tange ao planejamento urbano-territorial que envolve esta unidade de conservação, quanto à eficácia do novo Plano de Manejo instituído para esta unidade de conservação no ano de 2010.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho ora apresentado revela resultados parciais de um projeto mais abrangente, que vem sendo desenvolvido em parceria entre a Escola de Comunicações e Artes da USP e o Instituto Florestal de São Paulo, ao longo dos anos de 2012 e 2013. Portanto, as considerações apresentadas neste trabalho são parciais e referem-se, sobretudo, à investigação de elementos que respondem a questões ligadas a coesão territorial entre espaços complexamente urbanizados (megalópole paulista) e espaços de uso restritivos (unidades de conservação).

Constatou-se a partir de ZMITROWICZ e ANGELIS NETO (1997), que a evolução da cidade corresponde a modificações quantitativas e qualitativas na gama de atividades urbanas e, conseqüentemente, surge à necessidade de adaptação tanto dos espaços necessários a essas atividades, como da acessibilidade desses espaços e da própria infraestrutura que a eles serve. As etapas a serem percorridas foram baseadas nas propostas de PINTO (2009) que demonstram que o espaço seja analisado numa hierarquia de escala que vai do regional ao local para que se teste a eficácia das conexões entre os elementos urbanos que compõe esse espaço.

Na sequencia é apresentada a adaptação de tais métodos de análise, direcionada aos espaços metropolitanos utilizados para fins turísticos, quando neles encontram-se inseridas áreas protegidas. Duas escalas territoriais de análise são aqui consideradas, como segue.

ESCALA REGIONAL

Análise da influência da Região metropolitana de São Paulo na configuração territorial das UCS e de modo inverso, análise da configuração territorial da UC e sua influência na configuração da área urbana dos municípios. A análise descrita servirá para averiguar, tanto a realidade social, política e econômica regional do conjunto de municípios envolvidos na pesquisa, assim como, de propostas internacionais de gestão do território e de recursos de áreas protegidas, como indicadas pela UNESCO.

Segundo a UNESCO 2005 os objetivos vão desde o encontro a um corpo conceitual e metodológico, referente às preocupações com as consequências da interação do ser humano com seu meio ambiente e que evoluiu desde o final da década de 1960, a partir de organizações como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Em 2005, é lançada a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM), solicitada pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, objetivando diagnosticar a situação dos ecossistemas do planeta e sua relação com a manutenção da vida, além de avaliar as consequências das mudanças nos ecossistemas sobre o bem-estar humano. Pretendia, também, estabelecer uma base científica que fundamentasse as ações necessárias para assegurar a conservação e uso sustentável dos ecossistemas.

O estudo foi apresentado como resultado um relatório em 2005, retratando a integração dos resultados de quatro Grupos de Trabalho com tarefas de uma avaliação multiescala, indo desde a escala global, com as temáticas: Condições e Tendências dos Serviços dos Ecossistemas; Cenários para Futuro; e Respostas Possíveis; até a escala local, com as Avaliações Subglobais. Foram então recomendadas, diferentes estratégias e intervenções a serem aplicadas por meio de políticas públicas, direcionadas à resolução das questões ambientais e sociais levantadas nestes estudos.

No caso específico deste projeto, também estão sendo empregados técnicas e métodos de análise, pautadas na Avaliação Ecológica do Milênio reconhecida pela sigla AEM, desenvolvidos pela UNESCO em 2005, mais especificamente, a serem empregados na etapa de análise final da pesquisa, referente à correlação e síntese dos dados e proposta de ações mitigadoras, referentes à eficácia das ações de gestão do território da unidade de conservação em pauta, ou seja, o Parque Estadual do Jaraguá.

As técnicas de análise da AEM são muito relevantes e inovadoras no panorama das pesquisas e proposições de políticas públicas que unem figuras conflitantes em um mesmo espaço (áreas complexamente urbanizadas e áreas florestais legalmente protegidas), para esta pesquisa, pois, visa orientar os objetivos de pesquisas científicas em áreas protegidas mundialmente, áreas estas sob a figura de Reservas da Biosfera, e no caso, o Parque Estadual do Jaraguá insere-se na figura da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, declarado Reserva da Biosfera em 1993, no intuito de implantar um sistema de gestão participativo e integração das estratégias de conservação

dos recursos naturais em torno de uma das maiores metrópoles do mundo. Tal figura, a de Reservas da Biosfera, constitui hoje o que há de mais moderno, no sentido da gestão de área florestal inseridas em complexos urbanos.

Neste sentido, a Avaliação Ecológica do Milênio é uma coletânea de métodos e técnicas que objetivam a integração dos resultados dos levantamentos referentes aos ecossistemas, na forma de uma avaliação multiescala, onde a investigação do objeto proposto (investigação local, que no caso desta pesquisa se refere ao Parque Estadual do Jaraguá), não se desconecta do seu contexto regional e mundial (referente ao fenômeno da metropolização no Brasil e no mundo).

Quatro esferas de investigação devem ser percorridas:

1. Levantamento das condições e tendências dos Serviços (ambientais e culturais) prestados pelos Ecossistemas;
2. Apresentação de cenários futuros referentes ao Turismo nestas áreas;
3. As respostas possíveis a serem dadas para a superação dos obstáculos ao pleno desenvolvimento das atividades turísticas sustentáveis; e
4. A proposição de diferentes estratégias e intervenções a serem aplicadas por meio de políticas públicas, direcionadas à resolução das questões ambientais e sociais levantadas neste estudo.

ESCALA LOCAL

Área envolvente ao objeto de análise. No que se refere à área envolvente ao objeto analisado, este se dá em uma escala local (bairros, localidades periurbanas e áreas rurais) que circundam as áreas analisadas, neste caso o Parque Estadual do Jaraguá e seu espaço urbano de entrono.

É nesta etapa que, neste projeto, tem se efetuado a análise do Plano de Manejo e de Uso Público do Parque Estadual do Jaraguá (SÃO PAULO, 2010), no sentido de avaliar, por meio de entrevistas com seus gestores, sobre os primeiros resultados alcançados a partir da conclusão bastante recente deste plano, no ano de 2010, no sentido que ele possa ter alcançado sucesso ao se integrar mais adequadamente às realidades sociais, políticas e econômicas locais no entorno de seu território, especificamente, no que tange a uma recepção mais sustentavelmente adaptada da demanda turística em seu espaço de uso público.

Por outro lado, frente aos obstáculos ainda não superados, a serem relatados por seus gestores, este projeto pretende inserir a proposta dos métodos da AEM, mas especificamente, uma coletânea de métodos e técnicas que objetivam a integração de levantamentos referentes aos ecossistemas, em forma de uma avaliação multiescala, onde a investigação do objeto proposto, não se desconecta do seu contexto interno, local, regional e mundial. (UNESCO, 2005).

Por meio das etapas a serem percorridas nesta análise paralela da AEM, diferentes esferas complementam a pesquisa, entre elas, o levantamento da qualidade e da quantidade dos chamados Serviços Ambientais disponíveis nos ecossistemas presentes na área da pesquisa (o que em Turismo denomina-se oferta diferencial).

Também esta avaliação paralela, oferece métodos e técnicas de análise para que os resultados do levantamento dos Serviços Ambientais ofertados pelo Parque Estadual do Jaraguá sejam usufruídos de modo sustentável pela sociedade presente nestas localidades, o que se configura adentrar na análise efetiva da qualidade dos chamados Serviços Culturais de Lazer e Turismo, disponíveis nesta unidade de conservação (o que em Turismo denomina-se oferta técnica).

Pela Avaliação Ecológica do Milênio, objetiva-se alcançar, ao término de sua aplicação, a sistematização de propostas de ações mitigadoras para a superação dos problemas socioambientais apontados pelos gestores desta unidade de conservação, ainda remanescentes, após o período de implantação do seu recente Plano de Manejo aprovado em 2010.

DISCUSSÃO DO OBJETO

A discussão do objeto pauta-se fundamentalmente, neste momento da pesquisa, em avaliar as influências da complexidade metropolitana sobre uma unidade de conservação com alto grau de restrição ao uso público. Trata-se de um Parque Estadual, o que para BRITO (1995), dentre todas as categorias de áreas naturais protegidas propostas, junto com as Reservas da Biosfera, são as únicas que possuem uma política internacional delineada. A autora coloca que, os principais propósitos de manejo em um parque estadual são a pesquisa científica, a proteção da vida selvagem, a preservação das espécies e da diversidade genética, a manutenção de serviços do meio ambiente, a proteção de

aspectos naturais e culturais específicas, a recreação e turismo, a educação, o uso sustentável de recursos de ecossistemas naturais e a manutenção de atributos culturais tradicionais que permitem a visitação pública em uma pequena porcentagem de seu território, similar a categoria nacional de Parques Nacionais, constituindo, no Estado de São Paulo, à terceira categoria mais restritiva para unidades de conservação, e depois das estações ecológicas e reservas biológicas.

O Parque Estadual do Jaraguá teve seu Plano de Manejo aprovado (SÃO PAULO, 2010), após anos de debates, arranjo, negociações, deve justamente a esta realidade de estar inserido numa região metropolitana onde se acrescenta o fato de ser a região que mais cresce populacional mente na cidade de São Paulo.

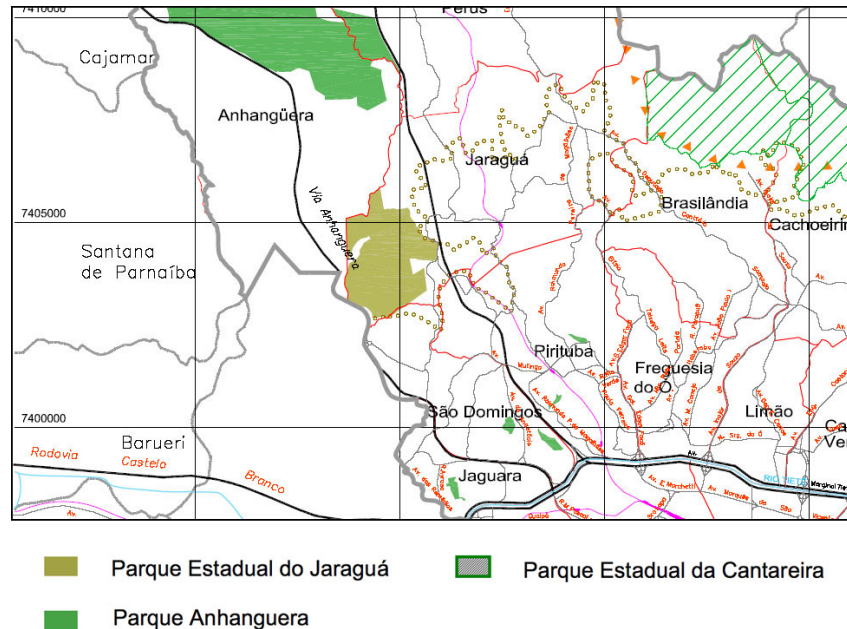
A unidade foi criada pelo Decreto Estadual nº 10.877 de 30/12/1939, tendo sua área ampliada posteriormente pelo decreto nº 38.391 de 03/05/1961. Também foi declarado Área Natural Tombada pela Resolução 05/1983 (Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo), visando proteger sua cobertura florestal, mananciais e o seu cume quartzítico, marco histórico de identificação da paisagem da cidade de São Paulo.

Situado a noroeste da cidade de São Paulo (coordenadas geográficas 46°45'55" W e 23° 27'30" S), integralmente no bairro do Jaraguá, tem como vizinhos os bairros de Perus,

Anhanguera, Pirituba, Parque São Domingos e o município de Osasco (Figura 01). Com área total de 492,68 hectares e altitude média de 900 metros, sua área atual resulta da junção de duas antigas propriedades pertencentes ao Governo do Estado de São Paulo, a Fazenda Jaraguá, adquirida em 1939 e outra com 38.418 m², desapropriada em 1954 e declarada como de utilidade pública.

A evolução do uso do solo na região reflete a própria história da ocupação da cidade de São Paulo e, por conseguinte, do Brasil. Em 1580 a ocupação das terras que hoje formam o Parque Estadual do Jaraguá se deu por bandeirantes, detentores de terras na região, que para lá iam atraídos por ouro. Após o declínio da exploração aurífera surgiram fazendas voltadas, sobretudo, ao cultivo do café. Em 1891 foi inaugurada a estação ferroviária do Jaraguá, que, juntamente com outras estações locais, possibilitaram o primeiro fomento populacional da região. (IGNEM, 2003).

FIGURA 01 - O Parque Estadual do Jaraguá e seus bairros de entorno. Fonte: SVMA/SEMPA (2002).



Fonte: SVMA/SEMPA (2002).

Ameaças inerentes às áreas florestais inseridas em regiões metropolitanas também fazem parte do cotidiano do parque, uma vez que se insere na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que ao se expandir, envolve e atinge as bordas desta unidade de conservação, oferecendo constante pressão sobre seu patrimônio natural.

Consequentemente, uma das ações fundamentais para a proteção desta importante área natural remanescente no município de São Paulo é o constante inventário das características do meio físico e biótico destes remanescentes, visando conhecer seus potenciais e fragilidades e consequentemente, subsidiando medidas direcionadas a uma gestão ambiental adequada destas áreas.

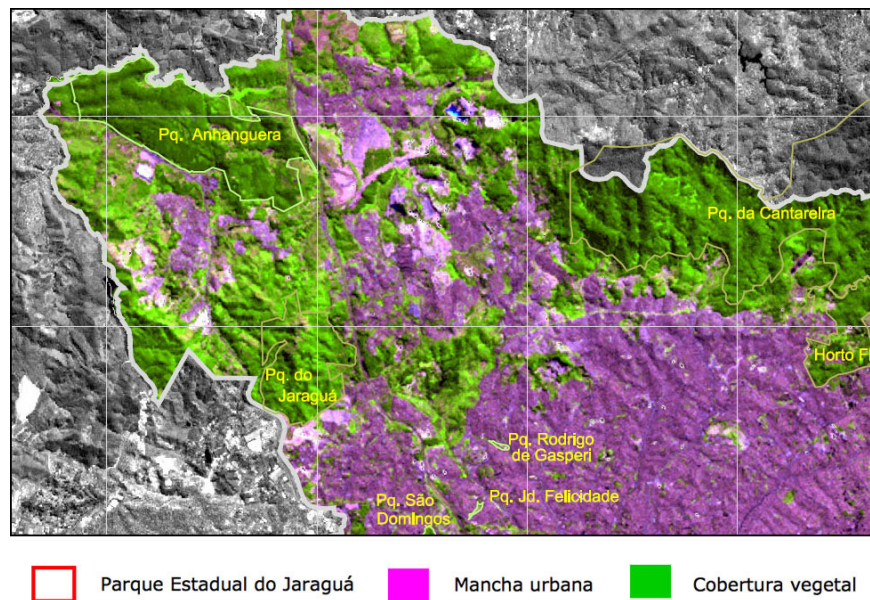
De acordo com SVMA/SEMPA (2000), no período entre 1991 e 2000, o município de São Paulo perdeu 5.345 hectares de cobertura vegetal, dado alarmante, quando constatado que o desmatamento está diretamente ligado à expansão urbana em algumas áreas específicas do município, onde se observou a maior taxa de crescimento populacional nos últimos 10 anos: 56% das áreas desmatadas

localizam-se em 10 dos 96 distritos do município, entre eles Anhanguera e Jaraguá, distrito este que abriga o Parque Estadual do Jaraguá, e que tem sido intensamente afetado pela expansão urbana (Figura 02).

SEPE e GOMES (2008) classificam o distrito do Jaraguá, inserido num conjunto de 13 distritos do município de São Paulo (Marsilac, Parelheiros, Grajaú e Jardim Ângela, Tremembé, Casa Verde, Cachoeirinha, Brasilândia, Jaraguá e Anhanguera), onde se destaca a gravidade da situação ambiental, com área total desmatada no período entre 1991 a 2000, em torno de 2.400 hectares.

Este conjunto de distritos pode ser entendido como as áreas da cidade em que elementos distintos da realidade socioambiental operam em sentidos opostos, pois, ainda que esse conjunto detenha as maiores áreas prestadoras de serviços ambientais, a grande maioria apresenta as piores condições de vida e de acesso a serviços de infraestrutura urbana da cidade, com grande precariedade no que se refere à infraestrutura urbana e às condições de vida, aspectos esses que exercem pressões negativas para a sustentabilidade das áreas de maior biodiversidade da cidade.

FIGURA 02. Recorte parcial de carta-imagem do município de São Paulo – escala local.
(Landsat TM7 - ETM de 30.04.2000). Fonte: SVMA/SEMPA, 2002.



Tais fatores revelam a urgência da consolidação de medidas globais de planejamento para o município, tanto no tocante às suas áreas verdes, como às áreas de expansão urbana, para que estas não firam a frágil constituição da floresta que restou no entorno da cidade de São Paulo.

COMPLEXIDADE URBANA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com a Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, artigo 153, da Constituição Estadual Paulista, Região Metropolitana é o agrupamento de Municípios limítrofes quando estes assumem destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes.

O processo de metropolização, conforme destaca TELES (2007), está diretamente relacionado às funções urbanas e aos mecanismos de produção inseridos no território das cidades, o que reflete a ocupação de seus espaços como reflexo das condições de produção a qual estão submetidas.

Com a crescente pressão mundial para que as áreas metropolitanas sejam espaços humanizados e ambientalmente adequados, áreas protegidas, como o Parque Estadual do Jaraguá tornam-se objetos de uma demanda turística cada vez maior e em um curto espaço de tempo, justamente por pertencerem ao mosaico de conexões do território metropolitano e serem mais facilmente acessadas.

A literatura ambiental desde a década de 1960 até os anos 1980 via a urbanização predominantemente como um mal. Durante décadas, as megalópoles foram vistas como uma anomalia inevitável, provocada pela rápida urbanização após a II Guerra Mundial. Entretanto, pesquisas recentes estão revelando uma relação mais complexa entre urbanização e o meio ambiente. Grandes concentrações urbanas e populacionais podem poupar a terra para a agricultura, fauna e habitat, usando menos terra para fins urbanos e desenvolvimento.

SETO et al. (2010), consideram que alguns modelos de urbanização recentes demonstram que o sucesso entre a conservação do meio ambiente em áreas urbanas depende, em grande parte, sobre como e onde as áreas de expansão urbanas avançarão e como será o estilo de vida e padrões de consumo nestas áreas, bem como as instituições e estruturas de governança lidarão adequadamente com esses desafios. Os autores sugerem que fatores, tais como governança, regulação e difusão da tecnologia podem conduzir a uma maior qualidade ambiental nas cidades e que é necessária uma abordagem multidimensional e multiescalar para melhor compreender a complexidade de urbanização no século XXI.

A mudança urbana está se acelerando, e isto, por sua vez, está a acelerar a mudança ambiental global. A urbanização está ocorrendo mais rápido e em magnitudes maiores em todos os lugares. Sistemas municipais vão continuar a afetar desproporcionalmente as áreas ecologicamente frágeis e contribuir para a perda da produção agrícola em comparação com outros sistemas. O crescimento urbano em ecossistemas costeiros e áridos causará maiores prejuízos por serem estas áreas particularmente sensíveis. (SETO et al., 2010).

O Fórum Econômico Mundial classificou o Brasil como o terceiro país do mundo em recursos naturais para o Turismo. Institutos, Ongs, Governos e a iniciativa privada têm investido em estudos e projetos voltados ao Ecoturismo, de modo cada vez mais crescente no país, sobretudo envolvendo o uso de áreas protegidas e suas áreas envoltórias.

Desse modo, as unidades de conservação têm se firmado como os espaços legítimos para a prática do Ecoturismo nas últimas décadas, em parte porque estes lugares são considerados o lócus de uma exploração sustentável da atividade, tendo em vista a existência de um aparato legal e administrativo que, ao menos teoricamente, assegura limites à sua utilização. (SPINOLA, 2006).

Para que o Ecoturismo possa ser desenvolvido respeitando a natureza e cultura locais, inserindo a comunidade nas decisões, assim como contribuindo para que o ecoturista tenha uma experiência rica e agradável, é necessário investir no planejamento das atividades. (RAIMUNDO et al., 2007). Segundo os autores, para realizar o planejamento, deve-se: verificar o tamanho da área de estudo; elencar objetivos: valorizar culturas, diversificar a economia, qualificar a mão-de-obra, educar o

visitante, diminuir impactos ambientais, incentivar ganho de qualidade nos produtos etc.; pensar na integração dos aspectos que compõem a área de estudo: ambiental, legal, financeiro, político-institucional, promocional, econômico, social, cultural.

A chave para a questão é encontrar um consenso entre os envolvidos, sobre quanto do impacto do Ecoturismo em unidades de conservação é aceitável. (TAKAHASHI, 2004). Neste sentido, a presente proposta se pauta também irá pesquisar os recursos humanos, físicos, bióticos e paisagísticos disponíveis nas unidades de conservação inseridas no Parque Estadual do Jaraguá, para em seguida, analisá-los e elaborar propostas pautadas no uso sustentável dos recursos disponíveis.

Conforme cita NOGUEIRA (2011), boas práticas de gestão do Ecoturismo estão cada vez mais em destaque no momento de planejar as atividades em áreas protegidas. A natureza e as sociedades locais são as grandes beneficiárias neste crescente processo, pois, quanto mais práticas sustentáveis no Turismo (obtidas pelo viés dos procedimentos de Certificação), maior a garantia da conservação dos patrimônios natural e cultural para o segmento e, por conseguinte, como num clio virtuoso e crescente, maiores os ganhos ambientais, sociais e financeiros para todos os envolvidos.

Entretanto, nem as iniciativas governamentais e nem as privadas, de acordo com MOURÃO (2004), foram suficientes para ultrapassar as barreiras para o efetivo desenvolvimento do Ecoturismo, até hoje existentes no Brasil, como a insuficiência de regulamentações e incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio governo no estímulo e no uso do potencial dos patrimônios naturais e culturais, ao mesmo tempo em que promovam a sua conservação.

Segundo IRVING (2000), o problema da incapacidade dos órgãos governamentais atuarem efetivamente em conjunto com administradores locais das áreas turísticas (incluindo áreas protegidas) persiste, devido a frequentes conflitos de políticas públicas e uma atuação institucional distante das realidades locais.

Também é importante destacar nesta discussão de ideias, algumas considerações sobre a Avaliação Ecológica do Milênio (AEM), que se refere a uma proposta de técnicas de análise da qualidade ambiental dos recursos naturais e da situação socioeconômica do objeto estudado.

Entretanto, o Parque Estadual do Jaraguá é uma área que, na maioria das vezes, não se conecta à complexidade dos problemas metropolitanos que o cercam, e, portanto, ele pode ou não contribuir para a coesão dos espaços metropolitanos em que se insere.

Por se tratar de uma região de bairros intensamente conurbados, os problemas comuns a todos eles, não podem ser resolvidos de forma isolada, pois demandam soluções cuja complexidade extrapola e desconhece os limites físicos de cada localidade. O mesmo se aplica ao Parque Estadual do Jaraguá e suas relações com este entorno.

Em síntese, o foco pragmático do projeto se volta, sobretudo, na busca de ações para o uso sustentável destas áreas protegidas, na melhoria do rendimento ambiental e social dos Serviços Culturais, no caso, atividades abarcadas pelo Lazer e pelo Turismo, por meio da proposição de políticas e ações para atração de novos investimentos em serviços até agora não implantados, conforme propõe (UNESCO, 2010).

CONCLUSÕES

Os principais vetores de pressão urbanos foram identificados. Outra conclusão parcial refere-se à identificação de metodologias que darão suporte ao desenvolvimento da pesquisa, entre eles, uso de análise multiescalar e a comparação de novos métodos de gestão (UNESCO) de espaços protegidos com propostas convencionais como as utilizados no Parque Estadual do Jaraguá. Já foi identificado que a Unidade de Conservação, por meio do seu recente plano de manejo, já avançou no sentido de mitigar parte das dificuldades enfrentadas, demonstrando que suas ações de gestão tem se modernizado, porém, não o suficiente, pois, os graves problemas resultantes do excessivo uso público ainda persistem. É neste ponto que este trabalho se encontra, quando serão destacados estes problemas remanescentes, quando então serão avaliados sob a luz das novas propostas de gestão de áreas protegidas com foco na Avaliação Ecológica do Milênio para as Reservas da Biosfera do Mundo

REFERÊNCIAS

- Brito, M. C. W. (1995). Unidades de conservação: intenções e resultados. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, PROCAM, São Paulo, SP, Brasil.
- Irving, M. de A. (2000). Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro. Espaço e Geografia, v.3, nº 1, págs. 47-61.
- IGEM. Instituto de Gestão de Negócios e do Meio Ambiente S/C Ltda. (2003). Uso e ocupação do solo da área do Parque Estadual do Jaraguá e entorno. Relatório Técnico. São Paulo, SP.
- Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, artigo 153, da Constituição Estadual Paulista. Cria a Região Metropolitana da Baixada Santista e autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, a criar entidade autárquica a construir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, e dá providências correlatas. Recuperado em 22 de abril de 2012, de <http://www.agem.sp.gov.br/pdf>.
- Mourão, R. M. F. (Org.). (2004). Manual de melhores práticas para o ecoturismo. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto Ecobrasil, Programa MPE.
- Nogueira S. M. B. (2011) Ações sustentáveis para o desenvolvimento do ecoturismo em unidades de conservação. In: Turismo e Meio Ambiente. TELES, R. M. de Sá (Org.). São Paulo: Elsevier-Campus.
- Raimundo, S; Stigliano, B. V.; Cesar, P. de A. B.; Nucci, J. C. (2007). Planejamento do ecoturismo em áreas protegidas. Módulo III: Planejamento do ecoturismo em áreas protegidas. In: Almeida, R. A.; Leite, E; Malcher, M. A. (Organizadores). Ecoturismo: livro do professor e do aluno. Brasília (DF): Ministério do Turismo - AVT/IAP.
- São Paulo (Estado), (2010). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Plano de Manejo do Parque Estadual do Jaraguá. São Paulo: SMA.
- Sepe, P. M. E Gomes, S. (2008). Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio ambiente: Centro de Estudos da Metrópole.
- SVMA/SEMPA. (2002). Atlas ambiental do município de São Paulo. Fase I: diagnósticos e bases para a definição de políticas públicas para as áreas verdes do município de São Paulo. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento da Prefeitura do Município de São Paulo.

- Seto, K. C.; Sanchez-Rodrigues R.; Fragkias, M. (2010). The New Geography of contemporary urbanization and the environment. *The Annual Review of Environment and Resources*. 35:4.1–4.28.
- Spinola, C. de A. O (2006). Ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? *Revista de desenvolvimento econômico*, ano VIII, nº 13, Salvador.
- Takahashi, L. Y. (2004) *Uso público em Unidades de Conservação*. Cadernos de conservação. Paraná: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
- Teles, R. M. de Sá. (2007). Turismo urbano na cidade de São Paulo: a importância de alguns segmentos e seus reflexos na configuração do espaço. *Turismo em Análise* (Cessou em 2007. Cont. ISSN 1984-4867 *Revista Turismo em Análise*), v. 2, p. 184-196.
- UNESCO. (2010). *Plano de ação de Madri para as Reservas da Biosfera (2008-2013)*. Brasília: Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.
- Zmitrowicz, W.; Angelis Neto, G. (1997). *Infraestrutura urbana*. São Paulo: EPUSP. (Texto Técnico).



FICHA BIBLIOGRÁFICA:

Miranda-de Sá Teles, R. y Bellato-Nogueira, S. M. V CLAIT. Novos arranjos espaciais da oferta turística associados às unidades de conservação presentes em espaços metropolitanos: O caso das áreas de expansão urbana da metrópole paulista no entorno do parque estadual do Jaraguá (SP).

El Periplo Sustentable. México:

Universidad Autónoma del Estado de México,

julio/diciembre 2013, núm. 25

<http://www.uaemex.mx/plin/psus/periplo25/art_clait_05.pdf>.

[ISSN: 1870-9036].